



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

### **PARECER - TJ/AM/AJAP/TJ**

Trata-se de solicitação de emissão de parecer jurídico (2689762), destinada à análise da legalidade, regularidade e conformidade jurídico-normativa das disposições constantes da Minuta de Edital e de seus respectivos anexos, referentes a procedimento licitatório a ser realizado na modalidade Pregão, em estrita observância ao disposto no art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como aos princípios constitucionais e às normas que regem a atuação da Administração Pública.

O objeto do referido procedimento licitatório consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de outsourcing para operação de gestão de suprimentos, visando ao fornecimento de materiais de consumo administrativo sob demanda, com entrega porta-a-porta, destinados todas as unidades judiciais e administrativas integrantes do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, conforme delineado no Documento de Formalização da Demanda – DFD (2510575).

Manifestação nº 434/2025 -SECOP (2526488), esclarecendo que todos os itens de consumo administrativo destinados a compor o catálogo do Almoxarifado Virtual possuem previsão expressa no Plano de Contratações Anual – PCA 2025, ressaltando-se, contudo, que o modelo de gestão relativo à taxa de administração do sistema de almoxarifado virtual não foi devidamente contemplado no referido planejamento, encontrando-se prevista sua inclusão no PCA/2026.

Despacho ANPRES (2538036), que acolheu a justificativa apresentada pela unidade demandante quanto à ausência de previsão do objeto no PCA 2025, bem como autorizou o prosseguimento da contratação, nos termos propostos, em razão da essencialidade do objeto para a segurança e a coordenação dos eventos institucionais, com impactos na eficiência das atividades desta Corte.

Informação nº 869/2025-SECOF (2604457), na qual se alertou que, por se tratar de procedimento licitatório voltado ao fornecimento de materiais de consumo sob demanda, far-se-ia necessária a apresentação de justificativa quanto à classificação como material de consumo dos seguintes itens: 19 (Caixa de Som Multimídia Estéreo 2.0 com Áudio Digital USB); 20 (Microfone Headset); 21 (Suporte para TV 55”); e 24 (Suporte com plataforma universal para instalação de projetor no teto).

Manifestação DVPM/SALMO (2609465), na qual a referida divisão entendeu por manter a classificação dos itens 19 (Caixa de Som Multimídia) e 20 (Headset) como material de consumo, com fundamento na fragilidade e na perda de identidade funcional, bem como manter a classificação do item 21 (Suporte para TV 55”) como material de consumo, em razão do elevado risco operacional e da dificuldade de inspeção, além de retirar da lista de materiais o item 24 (Suporte de projetor), não se aplicando a este a exceção de baixo valor.

Parecer ASCON (2634171), no qual se opinou pela classificação dos itens 19 (Caixa de Som Multimídia) e 20 (Headset) como materiais de consumo, com fundamento nos critérios de fragilidade, curta durabilidade e perda de identidade física, bem como pela exclusão dos itens 21 (Suporte para TV 55”) e 24 (Suporte de projetor) do processo licitatório, considerando-se que tais bens possuem natureza permanente e se mostram incompatíveis com o objeto contratual, consistente no fornecimento de materiais de consumo.

Informação DVPM/SALMO (2644716), acostando, em conformidade com o Parecer ASCON, a juntada de lista de materiais revisada.

Estudo Técnico Preliminar – ETP (2645020), com base na lista de materiais revisada.

Juntado o Termo de Referência SECOP/SEAC (2689042) e realizada a correspondente pesquisa de mercado, foi elaborado o Mapa de Preços SECOP/DVCOP/SC (2675384), do qual se extrai que o valor total estimado para a contratação, já considerada a taxa de administração prevista, perfaz o montante de **R\$ 1.792.000,00** (um milhão, setecentos e noventa e dois mil reais).

Nota de Dotação 2026ND0000188 (2683137), atestando a disponibilidade orçamentária e financeira do Tribunal para o prosseguimento da avença.

Por fim, consta nos autos o Edital de Licitação – Pregão Eletrônico SECOP/SEAC (2689051), devidamente instruído com os seus respectivos anexos (2689301).

## **É o relatório.**

### **1) Considerações Preliminares**

Quando a administração tem a pretensão de realizar licitação, contrato, acordo, convênio ou ajustes, o respectivo órgão técnico-jurídico deverá apresentar manifestação prévia, por força do art. 53, caput, da Lei n.º 14.133/21:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

No mesmo sentido são as normas constantes do art. 32 da Resolução do TJAM n.º 64/2023:

Art. 32. Após a elaboração da minuta de edital e anexos, os autos seguirão para a Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência para realização do controle prévio de legalidade da contratação nos termos deste artigo e do art. 53 da Lei n.º 14.133/2021.

**Parágrafo único. Ao final da fase preparatória, todos os processos de contratação, inclusive aqueles que não seja necessária a elaboração de minuta de edital e contrato, serão submetidos à análise jurídica pela Assessoria Jurídico Administrativa da Presidência.**

No caso em análise, o processo administrativo fora encaminhado a esta Assessoria para os fins das normas em comento. Logo, passa-se à análise técnico-jurídica.

### **2) Da Modalidade da Licitação e do Critério de Julgamento**

No caso de aquisição de bens ou serviços de natureza comum, é obrigatório o uso da modalidade de licitação denominada pregão, na forma do art. 6º, inciso XLI da Lei n.º 14.133/21:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: (...)

**XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;**

No caso em exame, cuida-se de procedimento licitatório voltado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de outsourcing para operação de gestão de suprimentos, visando ao fornecimento de materiais de consumo administrativo sob demanda, com entrega porta-a-porta, destinados todas as unidades judiciais e administrativas integrantes do Poder Judiciário do Estado do Amazonas

A contratação sob análise amolda-se integralmente às hipóteses previstas na legislação de regência, tendo sido expressamente consignado na minuta do edital que o critério de julgamento a ser adotado será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

### **3) Do Tratamento Diferenciado e Favorecido a ser Dispensado às ME e EPP**

A Lei Complementar n.º 123/2006 prescreve:

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

(...)

**§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.**

Neste sentido, a **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** da minuta do edital apresentada prevê expressamente o obrigatório tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas.

### **4) Da Dotação Orçamentária**

O Mapa de Preços (2675384), devidamente acostado aos autos, demonstra de maneira minuciosa e tecnicamente fundamentada a formação do valor global estimado da contratação, o qual foi fixado em **R\$ 1.792.000,00** (um milhão, setecentos e noventa e dois mil reais).

Nesse contexto, a Secretaria de Orçamento e Finanças – SECOF, por meio da Nota de Dotação 2026ND0000188 (2683137), no montante correspondente, certificou a existência de disponibilidade orçamentária e financeira suficiente, atendendo às exigências legais e viabilizando o regular prosseguimento da avença.

### **5) Da Minuta do Edital e seus Anexos**

No que se refere à minuta do edital, elaborada no âmbito da fase interna da licitação e submetida à análise jurídica, cumpre destacar que sua elaboração deve observar os parâmetros previstos no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.

§ 2º Desde que, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar, não sejam causados prejuízos à competitividade do processo licitatório e à eficiência do respectivo contrato, o edital poderá prever a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e

operação do bem, serviço ou obra.

§ 3º Todos os elementos do edital, incluídos minuta de contrato, termos de referência, anteprojeto, projetos e outros anexos, deverão ser divulgados em sítio eletrônico oficial na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso.

§ 4º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento. (Regulamento)

§ 5º O edital poderá prever a responsabilidade do contratado pela:

I - obtenção do licenciamento ambiental;

II - realização da desapropriação autorizada pelo poder público.

§ 6º Os licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia licitados e contratados nos termos desta Lei terão prioridade de tramitação nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e deverão ser orientados pelos princípios da celeridade, da cooperação, da economicidade e da eficiência.

§ 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 8º Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

II - repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

§ 9º O edital poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por:

I - mulheres vítimas de violência doméstica;

II - oriundos ou egressos do sistema prisional.

Após análise aprofundada dos termos do instrumento apresentado, constatou-se que a Minuta do Edital (2689051) foi elaborada, em linhas gerais, em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis, notadamente a Lei nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006, a Resolução nº 064/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, quando cabível, e o Decreto Estadual nº 28.182/2008.

De outro modo, para fins de análise dos anexos que integram o referido edital, destacam-se os seguintes documentos: (I) Declaração Conjunta de Ciência e Concordância com as Condições Contidas no Edital; (II) Declaração de Elaboração Independente de Proposta; (III) Formulário de Proposta de Preços; (IV) Termo de Referência; (V) Estudo Técnico Preliminar; e (VI) Minuta do Termo de Contrato Administrativo.

Dentre os documentos elencados, cumpre registrar que a atuação desta Assessoria Jurídica incidirá com maior ênfase sobre o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e a Minuta do Contrato Administrativo, sem prejuízo da verificação das formalidades legais aplicáveis aos demais anexos, os quais igualmente deverão apresentar redação clara, precisa e compatível com os objetivos da contratação.

Nesse contexto, destaca-se que o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência constituem documentos essenciais da fase preparatória da contratação, devendo observar os requisitos mínimos estabelecidos nos arts. 6º e 18 da Lei nº 14.133/2021. In verbis:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

[...]

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e rejeitos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

Nessa perspectiva, a análise do Estudo Técnico Preliminar (2645020) e do Termo de Referência (2689042) revela que ambos se encontram devidamente instruídos e formalmente adequados, contemplando, de maneira suficiente e consistente, todas as informações essenciais à regular, eficiente e

segura condução do procedimento de contratação, além de estarem devidamente atualizados em conformidade com as orientações consignadas no Parecer ASCON (2634171).

Por fim, no que se refere à minuta contratual apresentada, observa-se que o art. 92 da Lei nº 14.133/2021, em seus respectivos incisos, elenca as cláusulas que devem, obrigatoriamente, constar nos contratos administrativos, conforme se depreende da leitura do referido dispositivo legal, in verbis:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
- XIX - os casos de extinção.

Realizada a análise dos requisitos estabelecidos no normativo supracitado, verifica-se que a minuta contratual (2676588) atende integralmente às cláusulas essenciais previstas na legislação vigente, especialmente em conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, que disciplina o regime jurídico das contratações públicas.

## 6) Conclusão

Diante do exposto, esta Assessoria Administrativa **opina pela aprovação da minuta do edital de licitação, bem como de seus anexos que instruem os autos**, na modalidade pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço global, estimado em **R\$ 1.792.000,00** (um milhão, setecentos e noventa e dois mil reais), em conformidade com o disposto no inciso XLI do artigo 6º, inciso I do artigo 28 e artigo 29 da Lei nº 14.133/2021.

Ressalte-se, ainda, que, por ocasião da celebração do respectivo negócio jurídico, deverá ser previamente providenciada a documentação comprobatória da inexistência de impedimentos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), bem como da regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.

Não se pode perder de vista, outrossim, a observância obrigatória do princípio da publicidade, impondo-se a ampla divulgação de todas as contratações realizadas pela Administração Pública, em estrita consonância com o disposto no caput do art. 37 da Constituição da República e no § 3º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

Considerando tratar-se de decisão da competência da autoridade superior, submeta-se o presente feito à apreciação e posterior deliberação, observadas as cautelas de praxe.

**É o parecer.**

Manaus/AM, data registrada do sistema.

*(assinado digitalmente)*

**Raphael Guidão Marques**

**Diretor da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência**



Documento assinado eletronicamente por **RAPHAEL GUIDÃO MARQUES, Diretor(a)**, em 02/02/2026, às 12:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2692437** e o código CRC **1B396E3E**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

## DECISÃO GABPRES

Trata-se de processo administrativo no qual se pretende a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço global (representado pela menor Taxa Administrativa), no valor estimado de R\$ 1.792.000,00 (um milhão, setecentos e noventa e dois mil reais), para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de outsourcing para operação de gestão de suprimentos, visando ao fornecimento de materiais de consumo administrativo sob demanda, com entrega porta-a-porta, destinados a todas as unidades judiciais e administrativas integrantes do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, conforme condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

Constam nos autos o Documento de Formalização de Demanda SETIC/DVITIC (2510575), demonstrando a necessidade de contratação de serviços de gestão de suprimentos sob demanda, o Estudo Técnico Preliminar SETIC/DVITIC (2645020), o Termo de Referência (2689042) elaborado pela Secretaria de Compras e Operações, o Mapa de Gerenciamento de Riscos (2221491), o Mapa de Preços (2675384), com taxa de administração estimada em 28% e valor anual estimado para compra de materiais de R\$ 1.400.000,00, bem como a minuta do Edital de Licitação PE SECOP/SEAC (2689051) e seus respectivos anexos.

A Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência emitiu parecer favorável (2692437), opinando pela aprovação da minuta de edital de licitação objeto dos autos, considerando o pleno atendimento aos requisitos legais estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes à matéria.

É o relatório. Decido.

O presente processo cumpre rigorosamente a exigência de controle prévio de legalidade estabelecida no art. 53, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que determina que ao final da fase preparatória o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração para realização de análise jurídica da contratação. No mesmo sentido, o art. 32 da Resolução TJAM nº 64/2023 reforça essa obrigatoriedade, assegurando que todas as contratações sejam submetidas à prévia manifestação técnico-jurídica, garantindo assim a conformidade legal dos procedimentos licitatórios desta Corte de Justiça.

A modalidade pregão eletrônico mostra-se adequada e obrigatória para a presente contratação, considerando tratar-se de serviços de natureza comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais do mercado, conforme preceitua o art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, que define pregão como modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns. A adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, representado pela menor taxa administrativa ofertada, revela-se plenamente adequada à natureza dos serviços a serem contratados, permitindo maior competitividade e economicidade ao certame.

A minuta de edital apresentada demonstra integral observância às normas sobre licitações e contratos, especialmente aquelas constantes da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, da Resolução TJAM nº 64/2023 e do Decreto Estadual nº 47.133/2023. O instrumento contempla todas as cláusulas necessárias ao adequado desenvolvimento do certame, incluindo as disposições sobre o objeto da licitação, formas de comunicação, procedimentos de habilitação e julgamento, e disposições sobre recursos administrativos.

O valor estimado de R\$ 1.792.000,00 baseia-se em pesquisa de mercado devidamente documentada no mapa de preços, demonstrando a observância ao princípio da economicidade e aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. A estimativa considera a taxa de administração de 28% aplicada sobre o valor anual estimado de R\$ 1.400.000,00 para a compra de materiais, garantindo a operacionalização do sistema de almoxarifado virtual necessário ao adequado funcionamento das atividades jurisdicionais e administrativas desta Corte.

A contratação visa atender demanda legítima e essencial do Tribunal de Justiça do Amazonas por serviços de gestão de suprimentos e almoxarifado virtual, indispensáveis ao regular

funcionamento dos serviços jurisdicionais e administrativos. O modelo de outsourcing proposto, operado por meio de plataforma web com entrega porta-a-porta para todas as unidades judiciais e administrativas do Estado, constitui medida de necessidade operacional que proporcionará maior eficiência, economicidade e controle na gestão de materiais de consumo administrativo.

Destaca-se que a minuta do edital contempla as exigências de qualificação técnica adequadas à natureza do objeto, com a comprovação de experiência anterior na prestação de serviços de outsourcing de gestão de materiais com gerenciamento via plataforma web e capacidade logística de atendimento a múltiplos endereços, conforme estabelecido no item 15.3.4 da minuta de edital.

Quanto à dotação orçamentária, a disponibilidade de recursos está devidamente comprovada pela Nota de Dotação 2026ND0000188 (2683137), no montante de R\$ 1.792.000,00, com recursos provenientes do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FUNJEAM), Unidade Orçamentária 04703, Programa de Trabalho 02061329025600001, Fonte de Recurso 175920100000 e Natureza da Despesa 339039, sem comprometimento da saúde financeiro-orçamentária deste Tribunal de Justiça.

A contratação objetiva atender às necessidades de gestão de suprimentos de todas as unidades judiciais e administrativas do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, proporcionando maior controle, eficiência e economicidade no processo de compra, armazenamento e distribuição de materiais de consumo administrativo. A implementação do sistema de almoxarifado virtual permitirá melhor planejamento de demandas, redução de estoques físicos e maior agilidade no atendimento das requisições das unidades.

O cumprimento do princípio constitucional da publicidade será assegurado mediante a divulgação do edital nos meios apropriados, incluindo o Diário de Justiça Eletrônico e os sítios eletrônicos [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.tjam.jus.br](http://www.tjam.jus.br), garantindo ampla participação dos interessados e a transparência do processo licitatório, em observância ao art. 37, caput, da Constituição Federal e ao § 3º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, e considerando o parecer técnico-jurídico favorável da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência que examinou todos os aspectos legais pertinentes, **autorizo** a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço global (representado pela menor Taxa Administrativa), no valor estimado de R\$ 1.792.000,00 (um milhão, setecentos e noventa e dois mil reais), para **contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de outsourcing para operação de gestão de suprimentos, visando ao fornecimento de materiais de consumo administrativo sob demanda, com entrega porta-a-porta, destinados a todas as unidades judiciais e administrativas integrantes do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.**

Determino que no momento da celebração do negócio jurídico seja providenciada a documentação comprobatória de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e junto à Fazenda Nacional em relação à certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, bem como seja dada ampla publicidade ao negócio jurídico celebrado, observadas as cautelas de praxe e as disposições legais pertinentes.

Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Licitação para as providências necessárias à publicação do edital e condução do certame, observando-se rigorosamente todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

Manaus, data registrada no sistema.

- assinatura digital -

Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Desembargador de Justiça**, em 05/02/2026, às 10:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2696367** e o código CRC **470B12A6**.

---